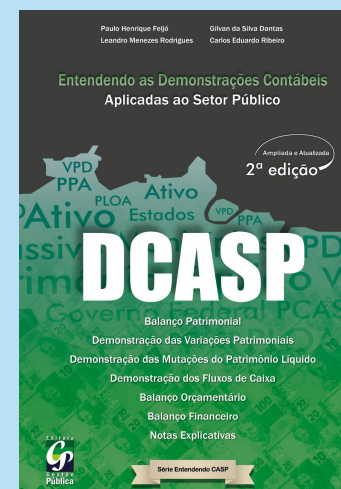
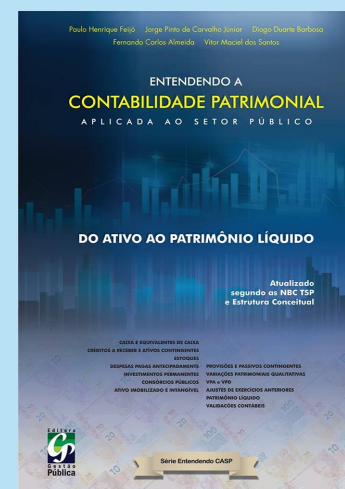
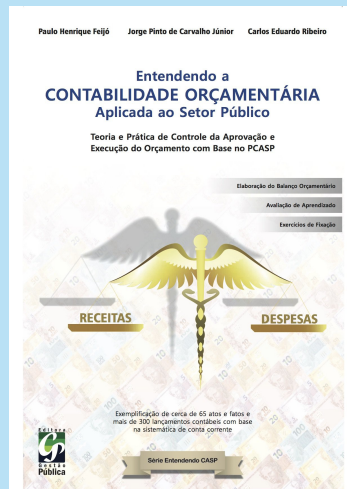
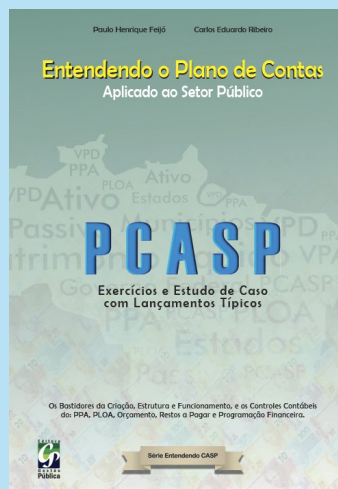
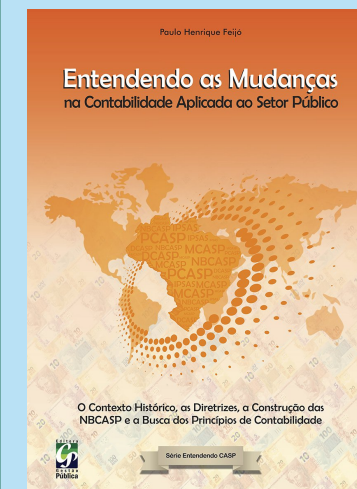
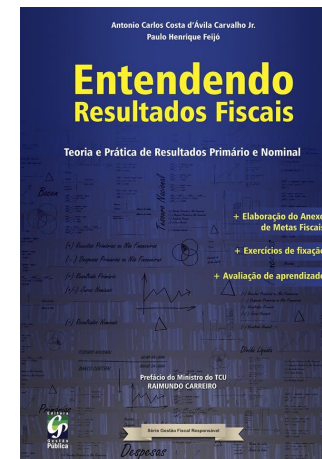
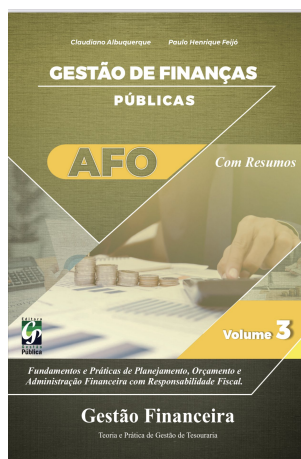
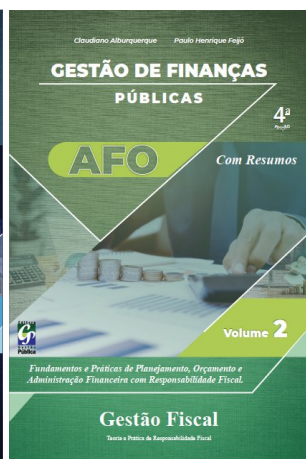
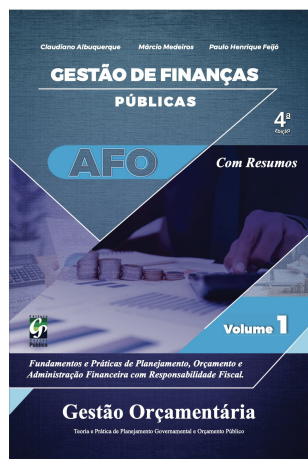


Gestão de Finanças Públicas

Execução Orçamentária e Financeira da Despesa: A importância da Adequação Orçamentária

Gestão Financeira

Paulo Henrique Feijó
paulo.feijo@icloud.co
m



Série Entendendo CASP

EAD

ENSINO A DISTÂNCIA

ENTENDENDO O

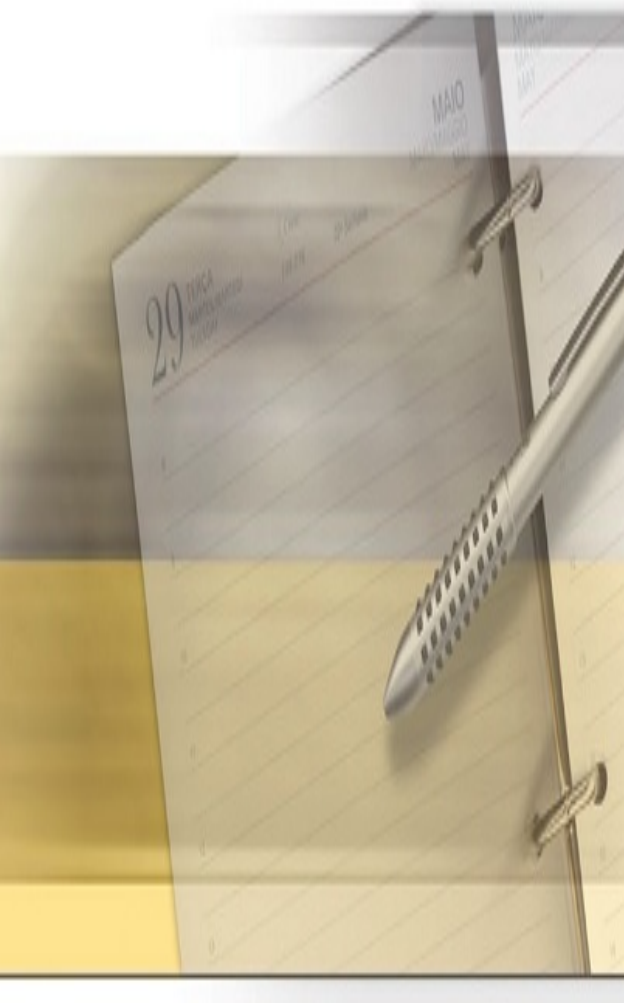
PCASP

PLANO DE CONTAS
APLICADO AO SETOR PÚBLICO

CURSO

ASSISTA AULA COM O AUTOR DOS LIVROS

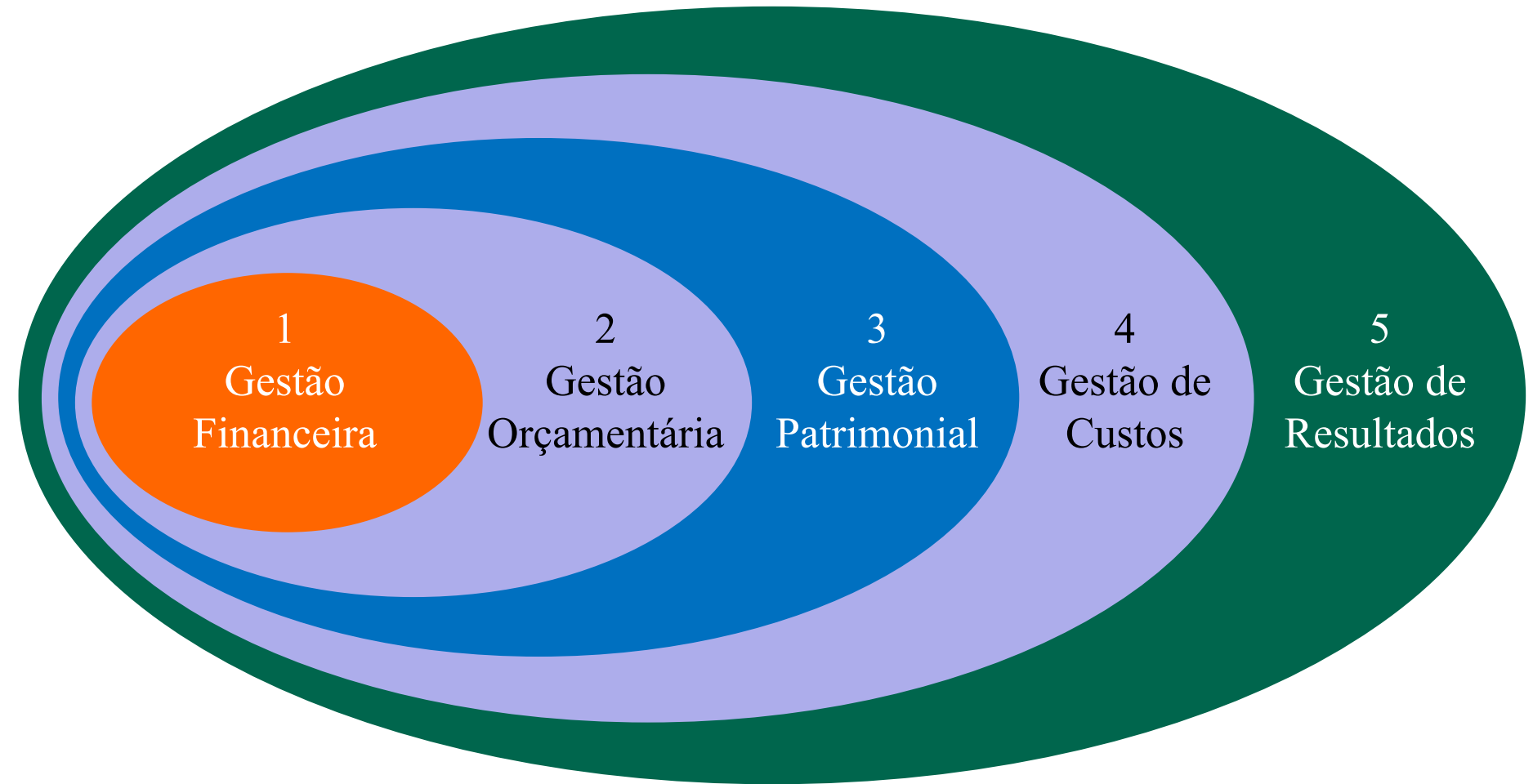




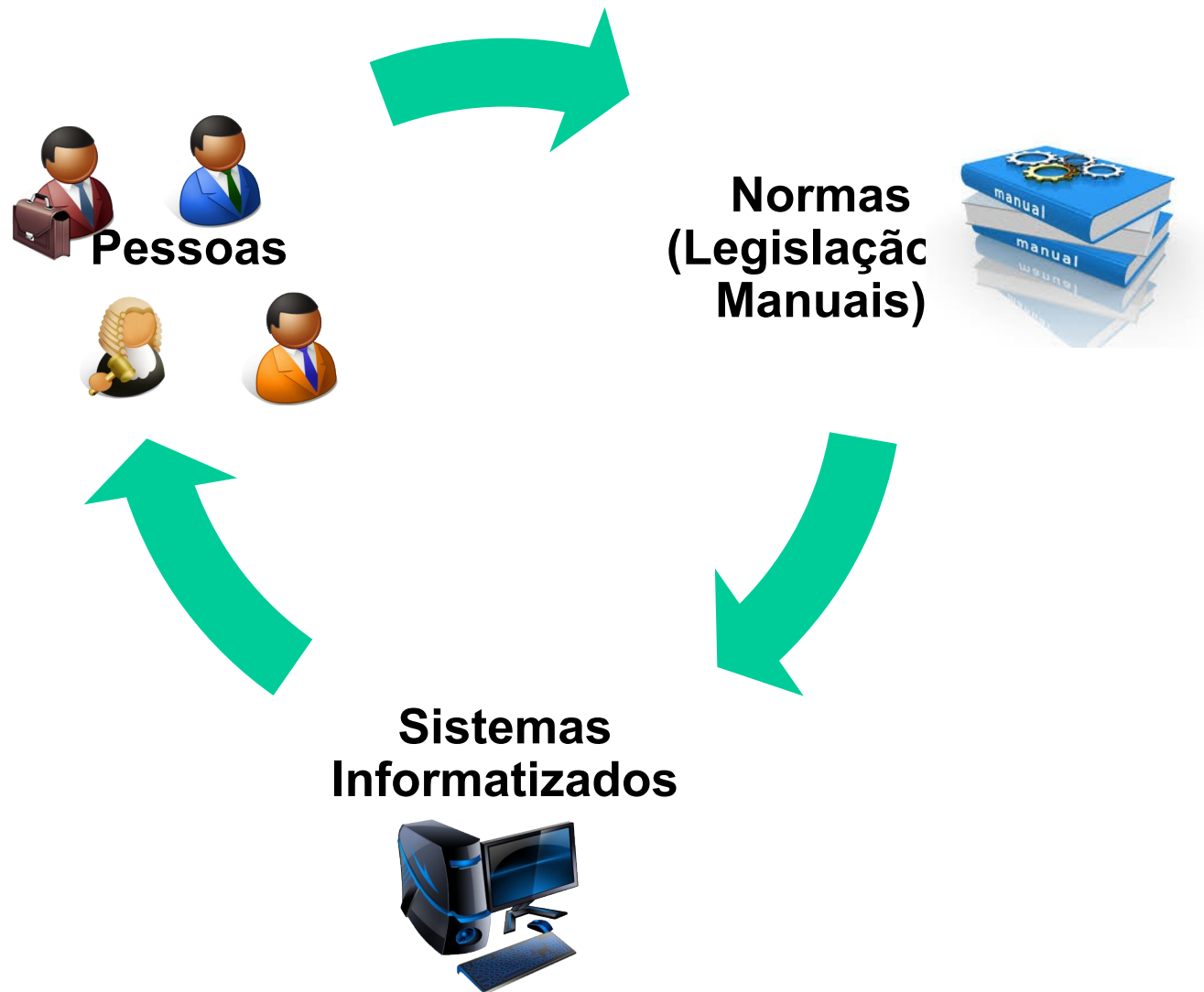
**“Ninguém conhece tudo,
Ninguém ignora tudo,
Ninguém jamais conhecerá tudo,
Ninguém jamais ignorará tudo,
Por isso a vida é um eterno aprender.”**

**Paulo Freire (Com adaptações)
Frase retirada do livro de Contabilidade Pública –
Prof. Francisco Glauber Lima Mota.**

Níveis de Maturidade da Gestão das Finanças



Pilares da Modernização de Processos



Execução Orçamentária e Financeira

Modernizando a
Tesouraria

Gestão Financeira

Execução Orçamentária X Execução Financeira

Execução Orçamentária (PPA, LDO e LOA)

Planejamento



Licitação



Empenho



Liquidação



Pagamento

Execução Financeira

Previsão



Lançamento



Arrecadação



Recolhimento



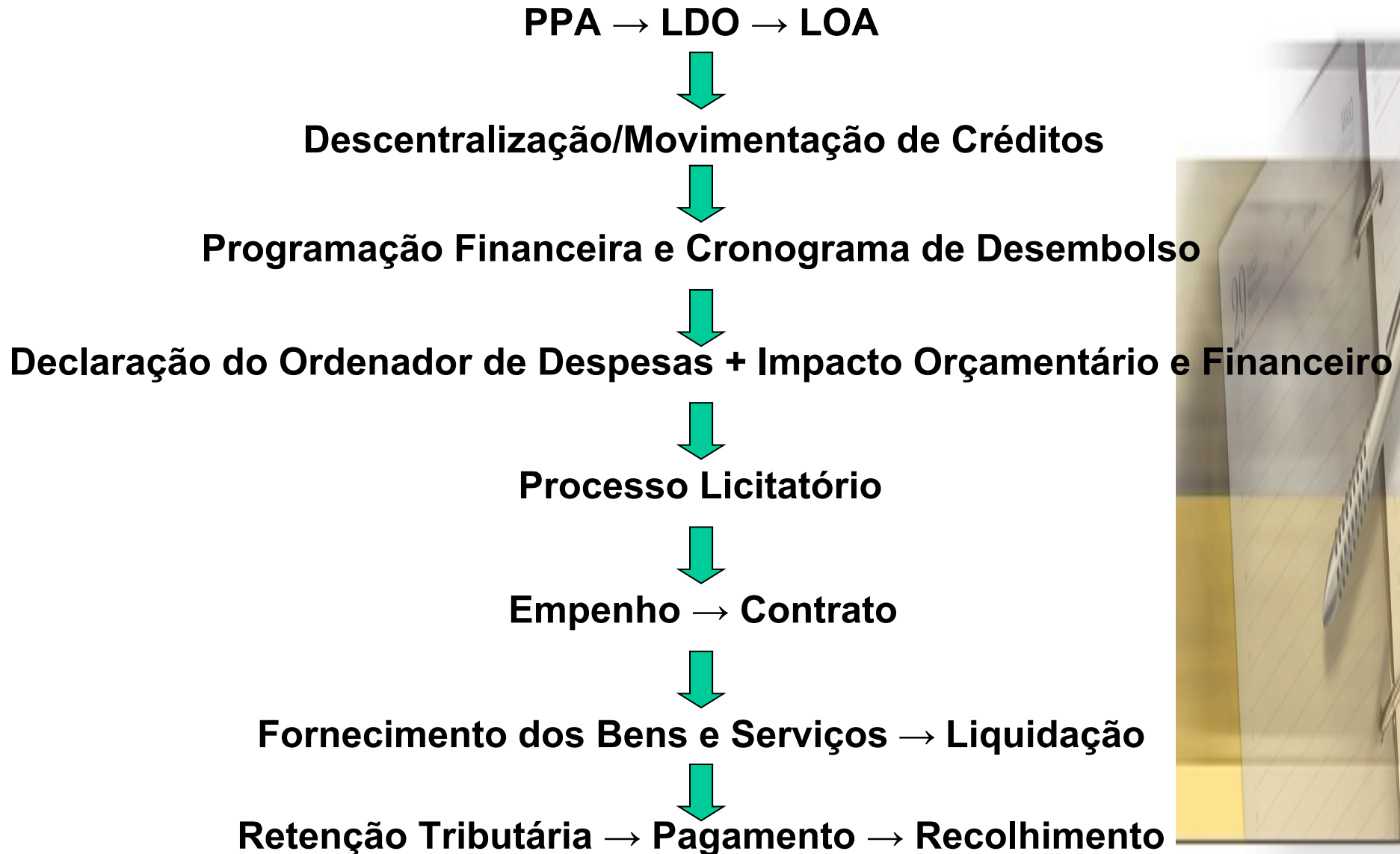
Programação financeira



Liberação Financeira



Ordenamento Orçamentário e Financeiro



Ordenamento Orçamentário e Financeiro

PPA → LDO → LOA



Descentralização/Movimentação de Créditos



Programação Financeira e Cronograma de Desembolso



Declaração do Ordenador de Despesas + Impacto Orçamentário e Financeiro



Processo Licitatório



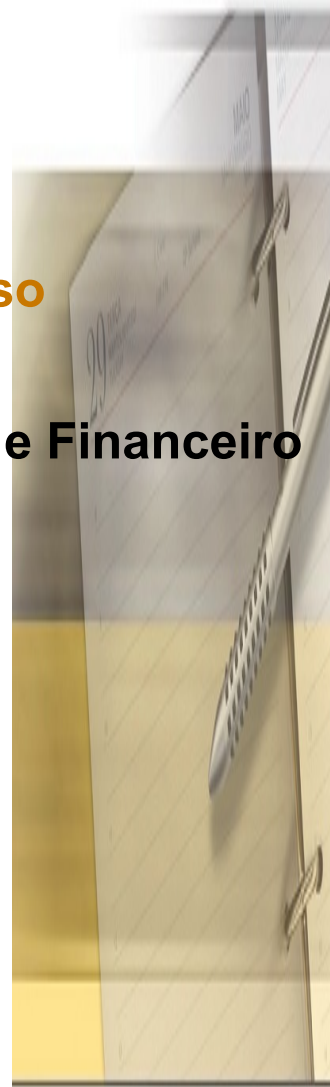
Empenho → Contrato



Fornecimento dos Bens e Serviços → Liquidação



Retenção Tributária → Pagamento → Recolhimento



(+) 1. Receitas Primária

1.000

(-) 2. Despesas Primária

900

Espaço Fiscal

2.1. Despesa Obrigatória

500

2.2. Despesa Discricionária

400

Espaço Fiscal para
Despesas Discricionárias

a. Custeio e Manutenção

350

b. Investimentos

50

Espaço Fiscal para
Investimentos

(=) 3. Meta de Resultado de Primário

100

Metas de Resultado Fiscais

Reestimativa das Receitas

Demandas

Dotações da
LOA e
Créditos
Adicionais

Vinculação de
Recursos

Sazonalidades
dos gastos

Prioridades do
Governo

Contingenciamento na LRF

LRF, Art. 9º Se verificado, ao final de um **bimestre**, que a realização da receita poderá não comportar o **cumprimento das metas de resultado primário ou nominal** estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, **por ato próprio e nos montantes necessários**, nos **trinta dias subsequentes**, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os **critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias**.

Programação Financeira na LRF

Programação Financeira

- Art 8º Até **trinta dias** após a **publicação dos orçamentos**, nos termos que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, **o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.**

Garantia da Vinculação

- Parágrafo único. Os recursos **legalmente vinculados** a finalidade específica serão utilizados **exclusivamente para atender o objeto de sua vinculação**, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF - Contingenciamento - Limitação de Empenho

O Que Significa
Limitação de
Empenho?

- não autorização para a realização de determinadas despesas previstas na lei orçamentária

Quando Deve
Ocorrer?

- sempre que verificado que a realização da receita está inferior à prevista e não irá comportar o cumprimento do resultado primário

O Que cabe à LDO?

- estabelecer critérios para a realização desta limitação, como, por exemplo, quais as despesas que não poderão sofrer limitação

Ordenamento Orçamentário e Financeiro

PPA → LDO → LOA



Descentralização/Movimentação de Créditos



Programação Financeira e Cronograma de Desembolso



Declaração do Ordenador de Despesas + Impacto Orçamentário e Financeiro



Processo Licitatório



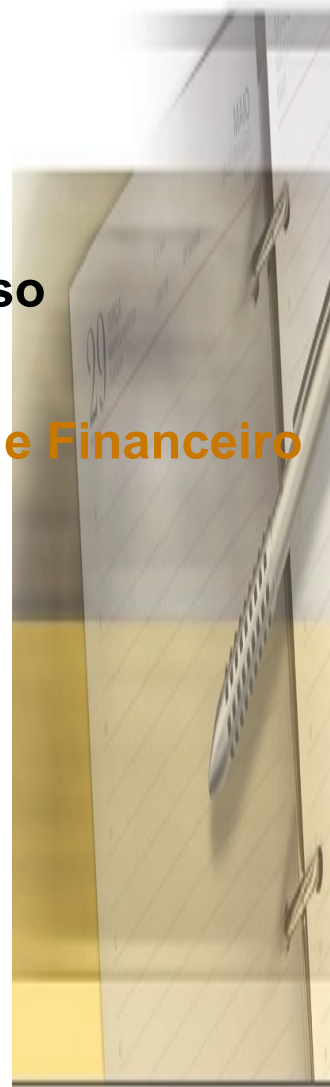
Empenho → Contrato



Fornecimento dos Bens e Serviços → Liquidação



Retenção Tributária → Pagamento → Recolhimento



Regras da LRF (Artigo 15 e 16)

- a) Serão consideradas **não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público** a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto na LRF.
 - b) **A criação, expansão ou aperfeiçoamento** de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:
 - I - **estimativa do impacto orçamentário-financeiro** no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;
 - II - **declaração do ordenador** da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e com a LDO.
- A estimativa será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.
- Ressalva-se a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a LDO (incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666/1993 – Dispensa de Licitação).

Ä Regras da LRF

- a) **adequada com a lei orçamentária anual**, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;
- b) compatível com o PPA e a LDO.

Ä Constituem condição prévia para:

- I - **empenho e licitação de serviços**, fornecimento de bens ou execução de obras;
- II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.”

Regra básica para a administração pública licitar:

Comprovar que se planejou e se tem autorização orçamentária para iniciar o processo de escolha e contratação do fornecedor de bens e/ou serviços. Nesse sentido a Lei de licitações e contratos estabelece que:

- os Termos de Referência para a licitação de bens e serviços deverão conter informação sobre a sua **adequação orçamentária**. (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea j.)
- a fase preparatória do processo licitatório se caracteriza pelo planejamento e deve **compatibilizar-se** com o plano de contratações anual e **com as leis orçamentárias**. (Art. 18)
- o planejamento de compras considerará a expectativa de consumo anual e **observará os princípios da responsabilidade fiscal**, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento. (Art. 40, Inciso V, alínea c)

Nos casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, também deve-se demonstrar a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido. (Art. 72, Inciso IV)

Cuidado com as Janelas orçamentárias....

Meu plano



Meu orçamento

Ordenamento Orçamentário e Financeiro

PPA → LDO → LOA



Descentralização/Movimentação de Créditos



Programação Financeira e Cronograma de Desembolso



Declaração do Ordenador de Despesas + Impacto Orçamentário e Financeiro



Processo Licitatório



Empenho → Contrato



Fornecimento dos Bens e Serviços → Liquidação



Retenção Tributária → Pagamento → Recolhimento



Lei 4.320/1964

Art. 58. O empenho de despesa **é o ato** emanado de autoridade competente que cria para o Estado **obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.**

Art. 59 - O empenho da despesa **não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.**

• Ordinário -

• Estimativo (Cujo montante não se possa determinar)

• Global (Sujeitas a Parcelamento)

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º Em casos especiais, previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.

Art. 61. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho", que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria

Decreto 93.872/1986

Art . 30. Quando os recursos financeiros indicados em cláusula de contrato, convênio, acordo ou ajuste, para execução de seu objeto, forem de natureza orçamentária, **deverá constar, da própria cláusula, a classificação programática e econômica da despesa, com a declaração de haver sido esta empenhada à conta do mesmo crédito, mencionando-se o número e data da Nota de Empenho** (Lei nº 4.320/64, Art. 60 e Decreto-lei nº 2.300/86, art. 45, V).

§ 1º Nos contratos, convênios, acordos ou ajustes, cuja duração **ultrapasse um exercício financeiro, indicar-se-á o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso**, bem assim cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que, em termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura.

§ 2º Somente poderão ser firmados contratos à conta de crédito do orçamento vigente, para liquidação em exercício seguinte, se o empenho satisfizer às condições estabelecidas para o relacionamento da despesa como Restos a Pagar.

Lei 4.320/1964 e Decreto 93.872/1986

Art. 63 (4.320/64 com adaptações do Decreto 93.872/86). A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor **ou entidades beneficiárias** tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito ou **habilitação do benefício**.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

Ordem Cronológica de Pagamento

Quando for efetuar o pagamento, o gestor poderá escolher discricionariamente a qual fornecedor pagar primeiro?

“Art. 141. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:

- I - Fornecimento de bens;
- II - Locações;
- III - Prestação de serviços;
- IV - Realização de obras”.

É importante salientar que um dos motivos para rescisão do contrato é o atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, das parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos”.

Administração: órgão ou entidade

resolvido pelo contrato e o atraso

Pública, das parcelas de pagamentos ou de

(Art. 6º inciso IV)

Lei nº 14.133, de 2021, art. 137, Par. 2º, inciso IV.

Ä Decreto 93.872/1986 (Artigos 42 e 43)

O pagamento da despesa só poderá ser efetuado quando ordenado após sua **regular liquidação** (Lei nº 4.320/64, art. 62).

A ordem de pagamento será dada em documento próprio, assinado pelo **ordenador da despesa e pelo agente responsável pelo setor financeiro**.

A competência para autorizar pagamento decorre da lei ou de atos regimentais, podendo ser delegada.

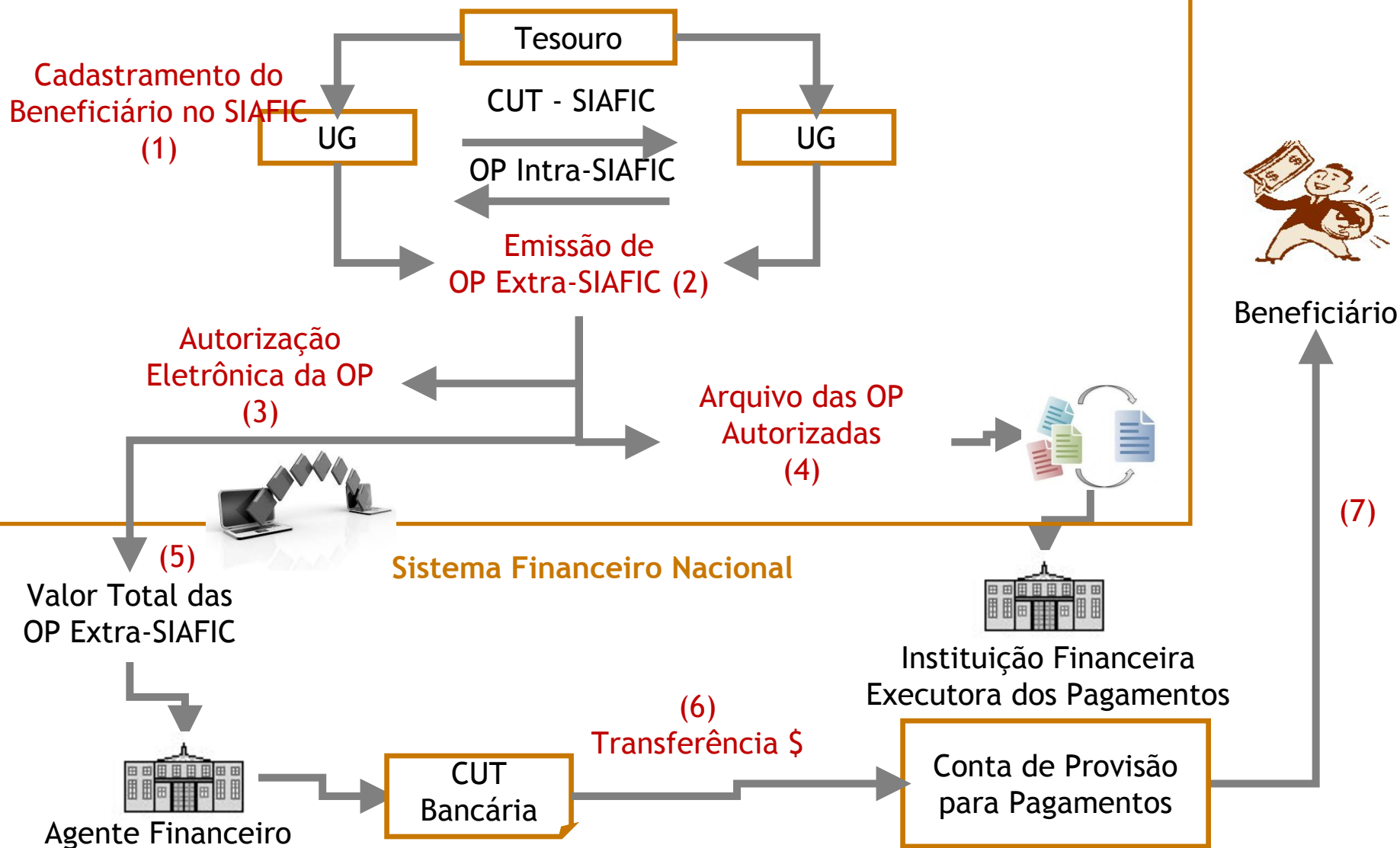
Ä Lei 4.320/1964 (Artigos 65)

O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em **casos excepcionais, por meio de adiantamento**.

O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas **expressamente definidos em lei** e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Saída de Recurso da CUT

Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle (SIAFIC)

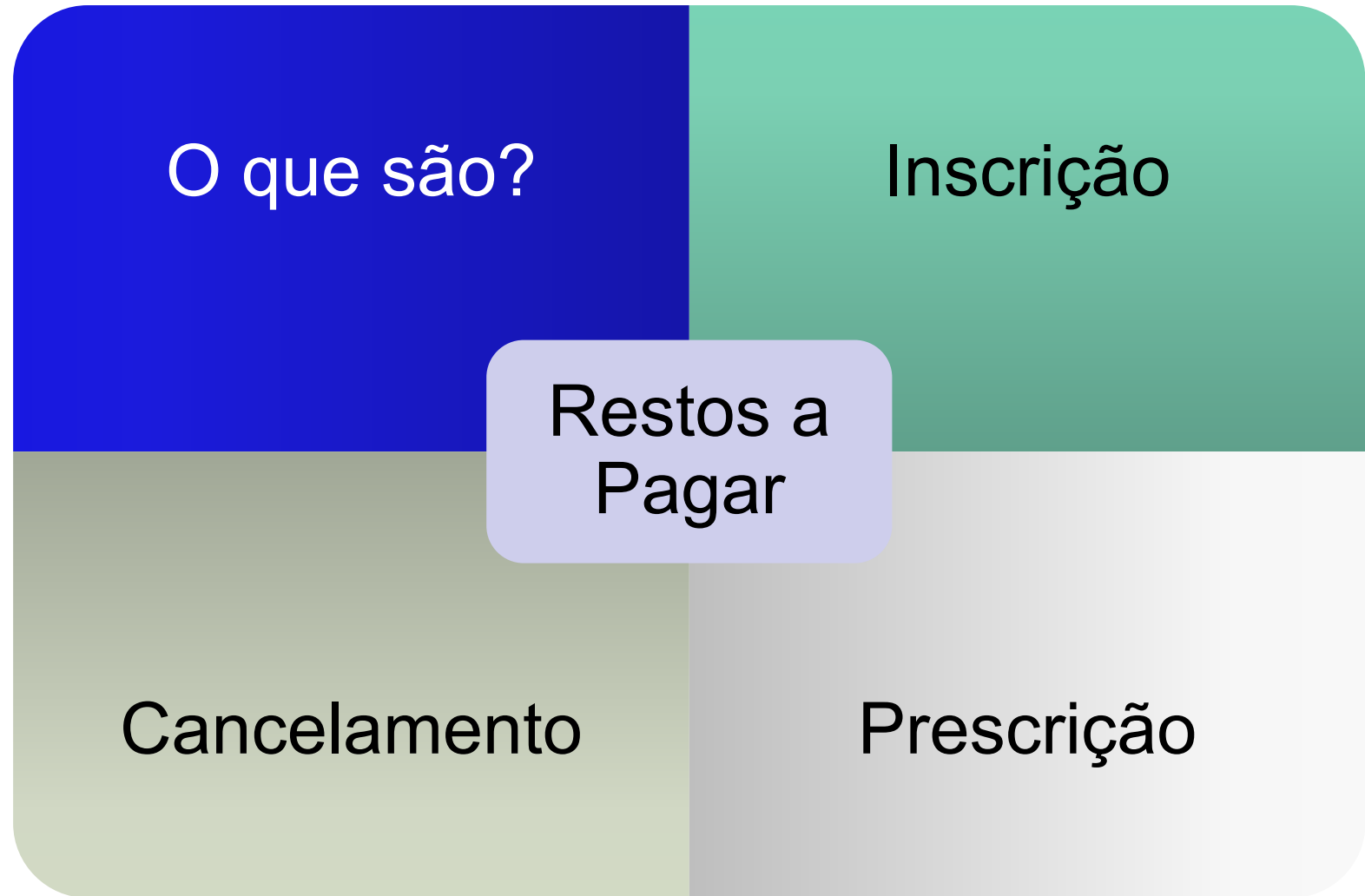


Restos a Pagar e DEA

Modernizando a
Tesouraria

Gestão Financeira

O que precisa saber sobre Restos a Pagar



Encerramento do Exercício e Restos a Pagar

Ä Lei 4.320/1964

Ä Inscrevem-se em restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro

Ä Não Processados

Ä Processados

(Art. 36 da Lei 4.320/1964)

Ä Antes da LRF e no Período Inflacionário

Ä Permitido restos a pagar acima da arrecadação

Ä Ajuste pela corrosão inflacionária

Ä Acumulação contínua do volume inscrito anualmente

À APÓS LRF

Lei Complementar n.º 101/2000:

"Art. 42 É vedado ao titular de Poder ou órgão ..., *nos últimos dois quadrimestres* do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito."

✓ **Havendo a apresentação da receita, não há impedimento para a inscrição da despesa, desde que não ultrapasse o limite do saldo de caixa.**

Art. 41-A. A partir de 1º de janeiro de 2027, se verificado, ao final de um exercício, que a disponibilidade de caixa não é suficiente para honrar os compromissos com Restos a Pagar processados e não processados inscritos e com as demais obrigações financeiras, aplica-se imediatamente ao respectivo Poder ou órgão referido no art. 20, até a próxima apuração anual, a vedação à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária. (Incluído pela Lei Complementar nº 212, de 2025)

Parágrafo único. Se verificado que a insuficiência de que trata o *caput* perdura por 2 (dois) anos consecutivos, aplicam-se imediatamente ao respectivo Poder ou órgão, enquanto perdurar a insuficiência, as vedações previstas nos incisos I, II e III do parágrafo único do art. 22, bem como a vedação à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

ALDO UNIÃO

Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Ä Demonstrativos do Último Quadrimestre

Art. 55. O relatório conterá:

.....
III - demonstrativos, no último quadrimestre:

- a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;
- b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:
 - 1) liquidadas;
 - 2) **empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;**
 - 3) **empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;**
 - 4) **não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;**

Lei de Licitações x LRF: Último ano de mandato.

Lei nº 14.133/2021

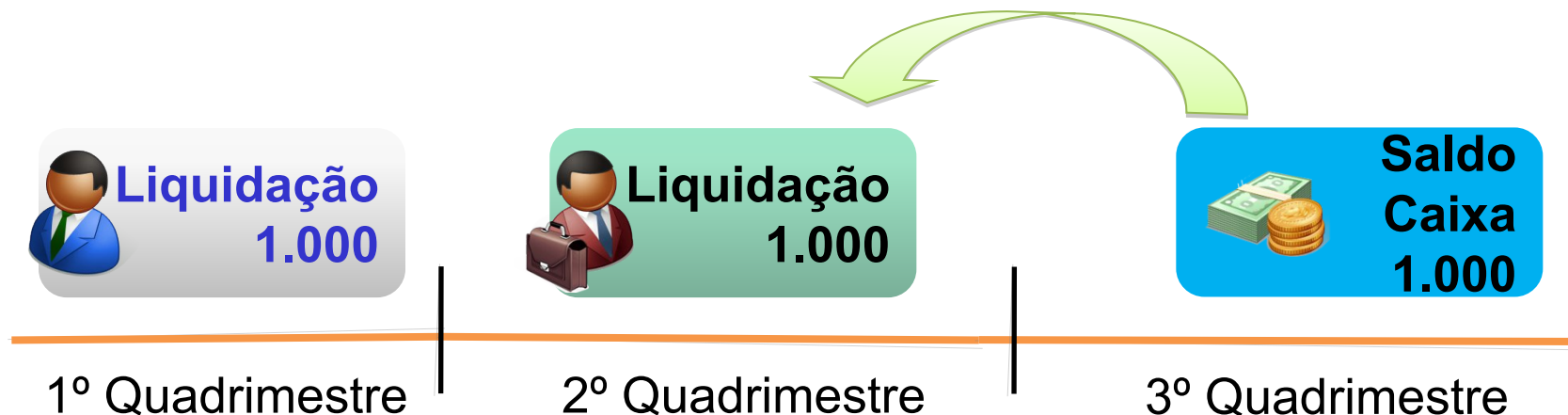
“Art. 141. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:

I - fornecimento de bens; II - locações; III - prestação de serviços; IV - realização de obras.”

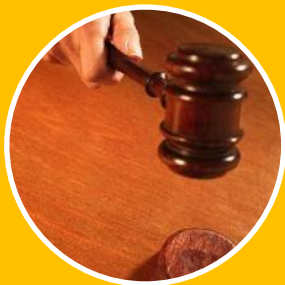
Decreto-Lei nº 201/1967

“art. 1.º, inciso XII, considera crime de responsabilidade do Prefeito “antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário”.

A REGRA LEGAL É PARA O FINAL DE MANDATO, MAS RECOMENDA-SE ADOTÁ-LA EM TODOS OS ANOS.



A obrigação de despesa é anterior à inscrição em RP



Não evita o descumprimento do art. 42



Pode representar fraude contábil



Pode lesar o patrimônio público,
Se lesar o credor de boa fé (ocasiona custos judiciais).

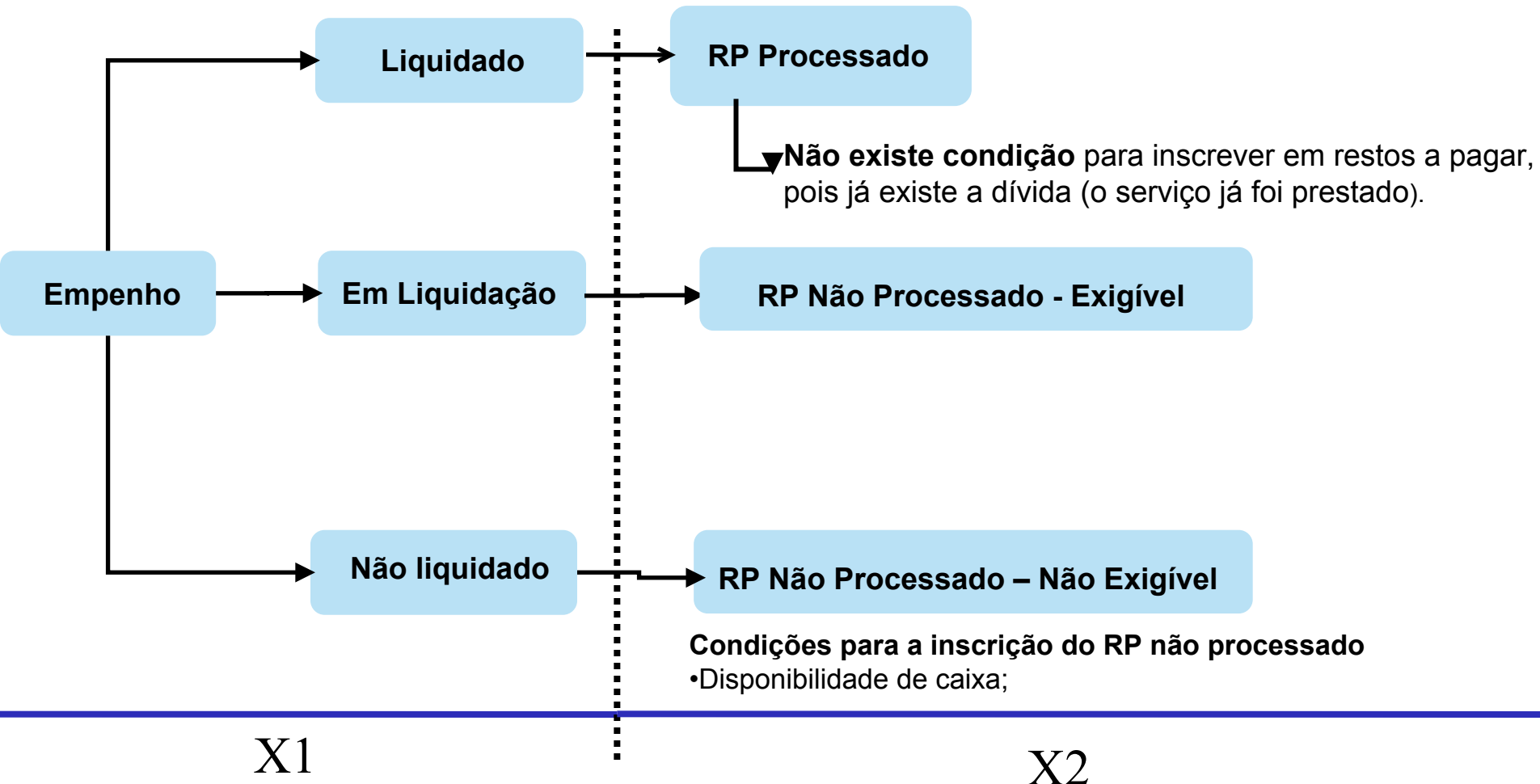
Cancelamento de Empenhos



**A regra não veda inscrição em restos a pagar, mas contrair obrigação de despesa que não possa ser paga.
A LRF não autoriza, nem incentiva a quebra de contratos ou a maquiagem contábil.**

Lei 4.320/1964, Art. 36 Inscrevem-se em restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro. (Princípio da anualidade)

- Não Processados
- Processados



Ä Decreto 93.872/1986

Art. 68. A inscrição de despesas como RP no encerramento do exercício financeiro de emissão da NE depende da observância das condições estabelecidas neste Decreto para empenho e liquidação da despesa.

§1º A inscrição prevista no caput como restos a pagar não processados fica condicionada à indicação pelo ordenador de despesas.

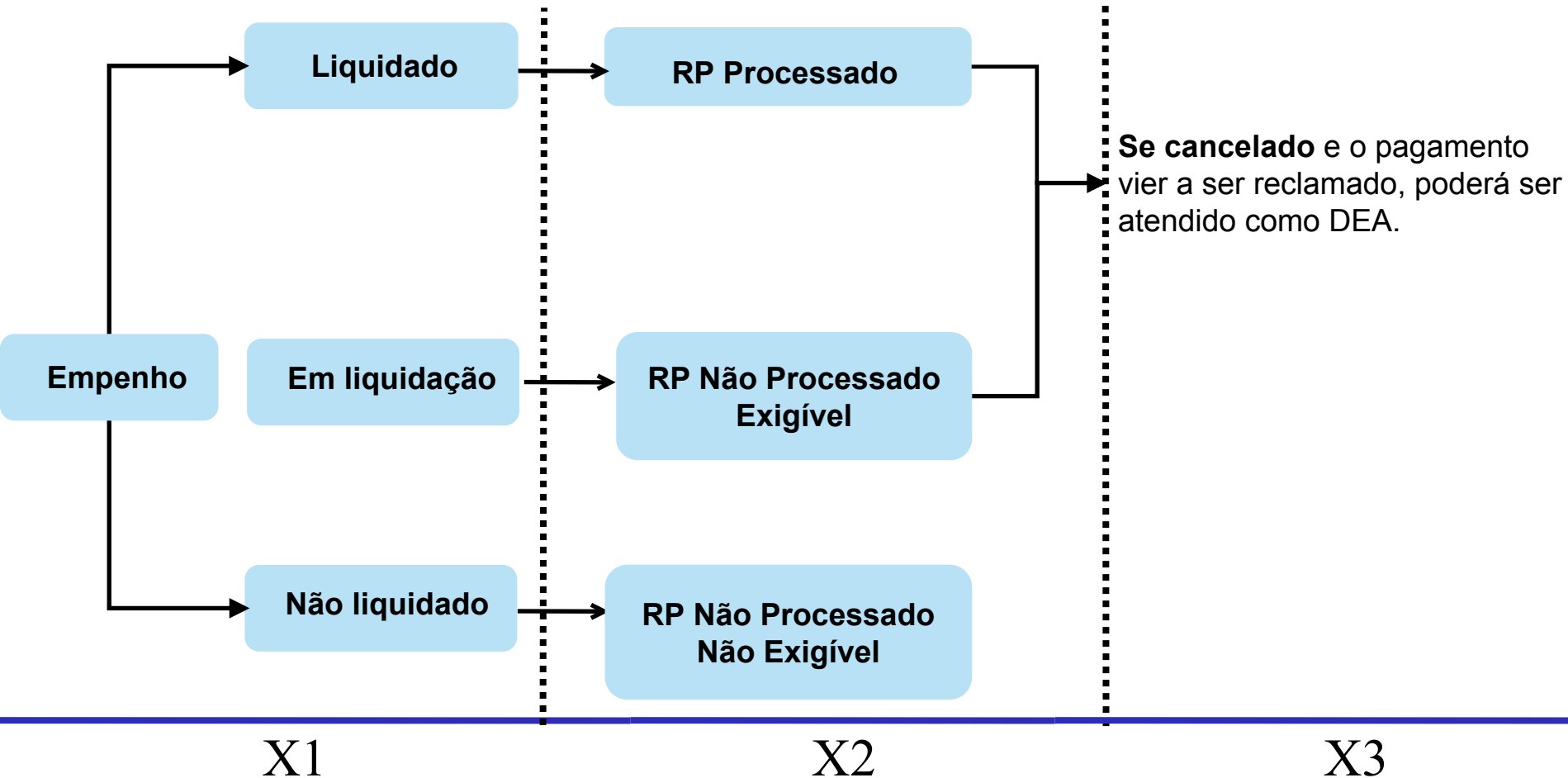
§ 2º Os RPNP que não forem liquidados serão bloqueados pela STN em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, e serão mantidos os referidos saldos em conta contábil específica no Siafi.

(Redação dada pelo Decreto nº 7.654, de 2011)

Art . 69. **Após o cancelamento** da inscrição da despesa como Restos a Pagar, **o pagamento que vier a ser reclamado** poderá ser atendido à conta de dotação destinada a **despesas de exercícios anteriores**.

União (Decreto 93.872, art. 69)

A inscrição de despesas como RP no encerramento do exercício financeiro de emissão da NE prevista no caput como RP não processados fica condicionada à indicação pelo ordenador de despesas.



Ä Decreto 93.872/1986 (Referência antiga à prescrição)

~~Art. 70. Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178, § 10, VI)~~

§ 10. Em 5 (cinco) anos:

VI - As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, e bem assim toda e qualquer ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal; devendo o prazo da prescrição correr da data do ato ou fato do qual se originar a mesma ação.

Ä Lei 10.406/2002 – Novo Código Civil

Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

§ 3º **Em três anos:**

- I - a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;
- II - a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias;
- IV - a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa;
- VIII - a pretensão para haver o pagamento de título de crédito, a contar do vencimento, ressalvadas as disposições de lei especial;
- IX - a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

§ 4º **Em quatro anos,** a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

§ 5º **Em cinco anos:**

- I - a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular;

Ä Decreto 20.910/1932

Art. 1º - As dividas passivas da união, dos estados e dos municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

Ä AgRg no REsp 1015571 / RJ

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 2007/0297724-3 DJe 17/12/2008
PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO A IMÓVEL PÚBLICO. ACIDENTE OCASIONADO POR VEÍCULO PARTICULAR. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO DECRETO Nº 20.910/32.

1. **O art. 1º do Decreto nº 20.910/32 dispõe acerca da prescrição quinquenal de qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública, seja qual for a sua natureza, a partir do ato ou fato do qual se originou.**
- 2.....
3. In casu, a pretensão deduzida na inicial resultou atingida pelo decurso do prazo prescricional, uma vez que, inobstante o dano tenha ocorrido em 21.09.1987, a ação somente foi ajuizada em 09.02.1994, consoante se infere do excerto do voto condutor do acórdão recorrido.
4. **Deveras, a lei especial convive com a lei geral, por isso que os prazos do Decreto 20.910/32 coexistem com aqueles fixados na lei civil.**
5. Agravo regimental desprovido.

■ Certeza



Existência Indubitável

É crédito existente aquele capaz de evidenciar com absoluta exatidão todos os elementos caracterizadores da respectiva relação jurídica (sujeitos, vínculo jurídico e prestação).

■ Liquidez



Pode-se calcular o valor

Líquido é o crédito certo quanto à sua existência e determinado quanto ao seu objeto. A liquidez é um plus em relação à certeza (existência). **Não há crédito líquido que não seja certo.** A determinabilidade pode-se evidenciar pela possibilidade de cálculo do valor a ser cobrado mediante operações aritméticas"

■ Exigibilidade

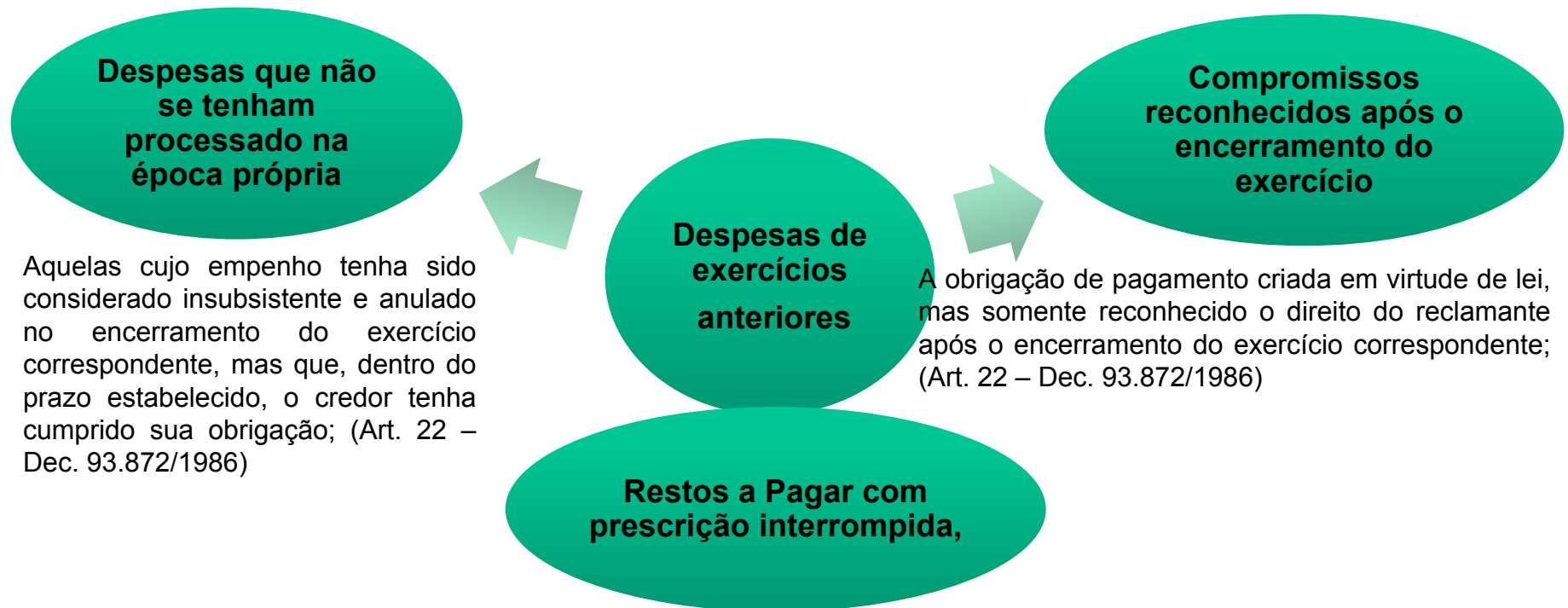


Vencido e Não Pago

Exigível é todo crédito vencido e não pago. É característica daquele crédito cuja eficácia não fica mais subordinada a qualquer condição, termo ou encargo.

Lei 4.320/1964 – Decreto 93.872/1986 – Artigo 22 (Elemento de Despesa Orçamentária 92)

“Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica”.



A despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas ainda vigente o direito do credor; (Art. 22 – Dec. 93.872/1986)

LDO e LOA

- Metas fiscais estabelecidas em base conceitual equivocada.
- Receitas superestimadas.
- Despesas obrigatórias subestimadas.

Execução Orçamentária

- Limites/cotas orçamentárias mensais impedindo empenhos do total da despesa prevista no exercício.
- Contingenciamento de despesas com Pessoal e Serviço da Dívida (Juros e amortização)
- Licitação sem comprovação de adequação orçamentária.
- Contrato sem indicação do empenho.
- Falta de reconhecimento tempestivo da despesa incorrida ou da obrigação a pagar.

Informação para Controle da Execução da Despesa

Para controle da Execução orçamentária é fundamental ter informação da despesa em todas as suas fases.



Contratada

- Mais de um exercício.
- Ato potencial de despesa.



Compromissada

- Empenhada
- Pode ser cancelada.



Realizada

- Em liquidação
- Gerou obrigação



A Pagar

- Liquidada
- Não pode cancelar



A Contabilidade são os olhos do Auditor na entidade.

Obrigado!!!

**“A base de tudo, a essência, é o saber.
O saber pode te levar ao ter. O saber pode te levar ao poder.
Não é desejável que o ter leve ao poder. Mas é inadmissível
que o poder te leve ao ter.
San Tiago Dantas - Aula de Civismo”**



paulofeijo@me.com



Paulo Henrique Feijó



61.98151.9763